COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 08.11.1995
COM(95) 486 final

95/0263 (CNS)

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO MULTILINGUE

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

Proposta de
DECISÃO DO CONSELHO

relativa à adopção de um programa plurianual destinado a promover a diversidade linguística da Comunidade na sociedade da informação

---

(Apresentada pela Comissão)

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO MULTILINGUE

ÍNDICE

1. Contexto político

2. O património linguístico da Europa

2.1 A terceira revolução linguística
2.2 O património linguístico da Europa
2.3 As diferentes funções da língua

3. A sociedade da informação emergente

3.1 Uma nova revolução tecnológica
3.2 Um desafio duplo para a Europa
3.3 As forças do mercado não serão suficientes
3.4 Soluções para a indústria

4. Preservar a diversidade linguística na Europa

4.1 O papel dos Estados-membros
4.2 O papel da União Europeia
4.3 O papel dos estabelecimentos de ensino
4.4 O papel do sector privado
4.5 O papel da investigação e do desenvolvimento

5. Uma sociedade da informação multilingue para a Europa: a necessidade de uma acção complementar

5.1 Criar, validar e distribuir os recursos linguísticos europeus
5.2 Reforçar a indústria de engenharia linguística
5.3 Desenvolver uma indústria de tradução avançada
5.4 Criar uma comunidade de utilizadores instruída e avançada
5.5 Desenvolver uma estrutura de coordenação e promoção

6. Coordenação com acções comunitárias afins

6.1 Uma abordagem europeia da aprendizagem das línguas
6.2 Promover os conteúdos multilingues
6.3 Ampliar e explorar a base tecnológica

7. Conclusões

Anexo 1: Resumo das acções MLIS

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO MULTILINGUE

1. Contexto político

A riqueza do património cultural europeu é indissociável da sua diversidade linguística; ela constitui um laço de união entre povos de comunidades nacionais e regionais diferentes, permitindo-lhes participar plenamente na vida social, cultural, empresarial e política[1].

O Livro Branco da Comissão[2], o relatório Bangemann[3] e o Plano de Acção da Comissão[4] avaliam o potencial da sociedade da informação e apresentam orientações políticas para o seu desenvolvimento. As Redes Transeuropeias[5], as actividades de IDT do quarto programa-quadro[6], nomeadamente Tecnologia da Informação, TSAC[7] e Telemática[8], e as propostas recentes do programa INFO2000[9] demonstram que existem esforços no sentido da implementação. Estes esforços estão ligados a iniciativas no sector do audiovisual[10] e a programas relacionados com o ensino e a formação.

O Conselho Europeu, reunido em Corfu em Junho de 1994, acentuou a importância dos aspectos linguísticos da sociedade da informação e, ao reunir-se em Cannes em Junho de 1995, salientou a importância da diversidade das línguas na União Europeia.

---

(1) Resolução do Conselho sobre a diversidade linguística e o multilinguismo na União Europeia, 12 de Junho de 1995 (Doc. 7755/95).

(2) Crescimento, Competitividade, Emprego: Os desafios e as pistas para entrar no século XXI, Livro Branco da Comissão das Comunidades Europeias, 1994.

(3) Bangemann, M. (ed) A Europa e a sociedade global da informação – Recomendações ao Conselho Europeu, de 26 de Maio de 1994.

(4) A via europeia para a Sociedade de Informação – Plano de Acção, COM (94) 347, de 19 de Julho de 1994.

(5) Ao abrigo do Tratado de Maastricht, estão previstas disposições especiais, em termos de Redes Transeuropeias, para intercâmbio de dados entre administrações. JO nº C 224 de 31.8.1992.

(6) Quarto programa-quadro de acções da Comunidade Europeia em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração (1994/1998). JO nº L 126 de 18.5.1994.

(7) Tecnologias para os Serviços Avançados de Comunicações, COM(94) 243.

(8) Programa das aplicações telemáticas, Decisão do Conselho, JO nº L 334 de 22.12.1994, p. 1.

(9) Proposta de Programa INFO2000, Incentivar o Conteúdo da Informação Multimédia para Empresas, Administração Pública e Cidadãos na Sociedade Europeia da Informação. Comunicação de M. Bangemann à Comissão, Março de 1995.

(10) Opções estratégicas para o reforço da indústria de programas no contexto da política audiovisual da União Europeia, Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias, 1994.

Hoje assistimos a profundas alterações na comunicação entre os homens, trazidas pelo desenvolvimento mundial das redes de informação e dos serviços de comunicação de texto, som e imagem. Embora essa evolução nos coloque desafios aliciantes, temos que considerar também a possibilidade de ela vir a afectar marcadamente as línguas que utilizamos. Podemos mesmo imaginar que os cidadãos incapazes de comunicar facilmente nas línguas mais utilizadas ficarão afastados para sempre de uma participação plena nessa sociedade, que se quer cada vez mais baseada na informação.

Porém, talvez possamos evitar esse tipo de perigos, se formos capazes de garantir um apoio multilingue incondicional à utilização da informação electrónica, reflectindo, assim, a necessidade de uma grande *diversidade de conteúdos, incluindo os conteúdos culturais e linguísticos,* tal como ficou expresso na reunião do G-7 sobre a sociedade da informação[11]. Embora esta diversidade continue a depender, em grande medida, de iniciativas nacionais a nível do ensino e da cultura, pode também beneficiar consideravelmente dos esforços envidados para facilitar o acesso à informação nas nossas diferentes línguas. Além disso, as redes de telecomunicações transeuropeias[12] que estão a ser implantadas em vários sectores de aplicações, só poderão beneficiar dos esforços para promover serviços de informação multilingues.

Em termos mais gerais, o apoio multilinguístico contribuirá para o funcionamento do mercado interno, facilitando as comunicações interlinguísticas, e reforçará a coesão económica e social, estimulando a colaboração entre as diferentes regiões linguísticas da Europa. Possibilitará aos cidadãos europeus uma participação acrescida nesta nossa sociedade cada vez mais baseada na informação, dando simultaneamente às PME novas oportunidades para entrarem no mercado da informação multilingue. Com efeito, uma maior sensibilização para os desafios e oportunidades dos aspectos multilinguísticos da sociedade da informação incentivará a indústria em geral a tentar novos mercados, através da redução das limitações linguísticas.

O que é necessário, acima de tudo, são soluções práticas para os problemas enfrentados pelas indústrias quando lançam os seus produtos em mercados de língua estrangeira. Não é raro verificarem-se atrasos de vários meses para a disponibilização dos produtos, devido à necessidade de tradução e localização de suporte técnico, dos manuais de utilizador e da publicidade. No caso dos produtos e serviços informáticos, a adaptação linguística do software apresenta um peso ainda maior para o vendedor, que, muitas vezes, é desencorajado pela abordagem multilingue. Assim, pode esperar-se que os instrumentos e processos adequados para reduzir essas limitações tenham um impacto significativo no comércio transnacional, em diversos sectores da indústria.

---

(11) Conferência Ministerial do G-7 sobre a Sociedade da Informação, Bruxelas, 25 e 26 de Fevereiro de 1995, Conclusões da Presidência.

(12) Proposta de Decisão do PE e do Conselho que estabelece um conjunto de orientações respeitante às redes transeuropeias de telecomunicações COM/95/224 de 16 de Junho de 1995.

A própria Comissão, em conjunto com as outras instituições europeias, poderá facultar conhecimentos especializados e experiência consideráveis no desenvolvimento de instrumentos e serviços multilingues, em resultado das suas próprias necessidades de tradução, interpretação e publicações multilingues. De facto, as instituições europeias surgem como beneficiárias directas de muitos dos resultados obtidos. Os progressos a nível europeu serão, sempre que possível, partilhados com os Estados-membros, no interesse de promoção, ao nível nacional, do desenvolvimento de instrumentos multilingues.

A presente comunicação analisa os problemas e descreve como podemos progredir, na Europa, com o desenvolvimento de uma sociedade da informação multilingue, se coordenarmos esforços entre os Estados-membros e os sectores público e privado, de maneira a conceder aos nossos cidadãos um apoio linguístico adequado, incluindo uma tradução rentável em termos de custo/benefício e uma adaptação multilingue.

Essas mesmas tecnologias, cuja expansão pode ameaçar a diversidade linguística e cultural presente na sociedade da informação, podem também contribuir para eliminar as barreiras da língua na Europa[13], reduzindo os custos causados por múltiplas versões, tradução e adaptação dos produtos e dos serviços da informação.

Contudo, as forças do mercado, por si sós, não poderão fazer surgir a sociedade da informação multilingue na Europa. São necessárias acções positivas a nível dos Estados-membros e da própria União para catalisar a evolução que se impõe.

Seguir-se-ão as oportunidades comerciais: na indústria dos meios de comunicação (com a evolução da dobragem e da legendagem), na preparação de documentos (com correctores gramaticais e ortográficos) e, naturalmente, em todas as actividades que envolvam tradução, considerando que a tradução literária exige uma adaptação criativa e adequada do trabalho original. Os recursos multilingues prepararão também a via para uma grande variedade de aplicações a nível dos sistemas da fala, desde os sistemas de conversão de texto escrito em texto falado, até à aplicação em máquinas industriais de comando vocal.

Assim, a Europa poderá avançar para uma sociedade da informação multilingue, criando novas indústrias no domínio da língua e novas empresas e oportunidades culturais para os seus cidadãos. Por sua vez, isso trará mais emprego e novos mercados, criando um potencial para os produtos e serviços multilingues, em toda a Europa e em todo o mundo.

2. O património linguístico da Europa

2.1 A terceira revolução linguística

Três revoluções transformaram sucessivamente a natureza da comunicação humana e todas significaram profundas mudanças funcionais na utilização que fazemos da língua.

---

(13) Discurso de Jacques Santer no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, 17 de Janeiro de 1995.

A primeira surgiu com a invenção da escrita, permitindo o acesso ao conhecimento, graças à leitura e à escrita. Apesar disso, para o homem comum, a comunicação oral imediata continuou a ser a norma.

A segunda revolução, a invenção da imprensa, alargou de forma espetacular os horizontes do cidadão comum. A alfabetização generalizada viria não só permitir a consolidação do acesso ao conhecimento e à cultura, mas também introduzir, pela primeira vez, a possibilidade de participar democraticamente na governação nacional.

A terceira revolução, que é também a mais radical, desenrola-se actualmente perante todos nós: as tecnologias informáticas oferecem aos indivíduos acesso imediato à informação mundial. Nesta sociedade da informação emergente, o papel da língua sofre mais uma vez alterações, da forma mais profunda já alguma vez sentida, como resultado de uma comunicação através de ecrã, que combina texto, imagem e som.

As novas tecnologias da informação estão a alterar de forma radical a natureza da comunicação, com repercussões consideráveis no papel desempenhado pelas línguas.

2.2 O património linguístico da Europa

Os 380 milhões de cidadãos da União Europeia falam mais de 45 línguas nacionais e regionais e variantes regionais principais. A maior parte é de origem românica, germânica ou céltica, mas incluem-se também o grego, o finlandês ou o basco[14].

Todavia, a diversidade linguística europeia é modesta, se comparada com outras áreas do globo. Calcula-se que, no total, as diferentes línguas faladas, diferenciadas e mutuamente incompreensíveis, variem entre 5000 e 25000, conforme a possibilidade de incluir e distinguir de forma diferente línguas e dialectos.

Porém, muitas das línguas minoritárias vivem dificuldades, frequentemente sob a influência de mudanças nos padrões de comunicação. A penetração das novas tecnologias pode vir a acelerar substancialmente este processo, ameaçando diminuir a diversidade linguística e cultural[15] da sociedade europeia.

A integração europeia deve basear-se na transparência para o cidadão. Por isso, a legislação principal e a comunicação devem continuar a fazer-se nas línguas da União, para assegurar uma compreensão e aplicação totais.

---

(14) Hearn, P.M. and Button, D.F. (Eds.) (1994) Language Industries Atlas, Amsterdão: IOS Press, para a CCE, Bruxelas e Luxemburgo.

(15) A publicação Eurobarómetro nº 41, de Julho de 1994, apresenta dados sobre a competência linguística na Europa.

A Europa usufrui de uma ampla variedade de línguas. O processo contínuo de integração será significativamente acelerado se todos os cidadãos usufruírem de um acesso aberto aos textos legislativos e aos documentos de apoio, nas várias línguas utilizadas.

2.3 As diferentes funções da língua

As línguas têm reflexos profundos e complexos em muitos aspectos da sociedade.

Incentivam a coesão social nos nossos países e regiões, encorajando valores comuns. Uma língua comum facilita a comunicação a todos os níveis sociais. Pelo contrário, as diferenças de língua obstruem a comunicação, causando dificuldades a grupos minoritários.

A língua é também um instrumento de salvaguarda da democracia. As sociedades florescem graças ao debate e à discussão: a liberdade de expressão é a pedra angular dos nossos sistemas democráticos; a liberdade de imprensa funciona como guardiã da expressão democrática; e a língua é o veículo utilizado por todo e qualquer cidadão, na sua contribuição para a democracia. A transparência do funcionamento das Instituições Europeias só pode, assim, ser assegurada pela disponibilidade de um apoio multilingue.

A nossa vida cultural está intimamente ligada à língua. Todos os países têm o seu poeta ou dramaturgo cuja obra simboliza a identidade cultural do seu povo; como sabemos, a nossa identidade cultural está, em grande parte, profundamente enraizada nas nossas diferentes línguas.

Por fim, devemos considerar os aspectos económicos. A língua determina os mercados, frequentemente em relação a custos de tradução ou de adaptação às necessidades dos utilizadores, que podem tornar-se um factor significativo no comércio internacional, independentemente do produto ou do serviço em causa. Nas indústrias de software, a adaptação linguística dos respectivos produtos contribui de forma significativa para o seu custo, embora essa mesma adaptação represente um aumento de mercados para esses produtos. A indústria europeia do cinema e da televisão bem como as indústrias e instituições culturais da Europa, contrariamente às suas homólogas americanas, têm que arcar com os custos de dobragem e de legendagem, caso desejem atingir grandes audiências.

A construção da sociedade da informação europeia deve dar atenção especial aos aspectos político, cultural e económico das línguas.

3. A sociedade da informação emergente

3.1 Uma nova revolução tecnológica

A convergência das tecnologias da informação e das telecomunicações está a transformar a natureza da comunicação a todos os níveis da sociedade.

Não só estas tecnologias permitem novas formas de acesso, distribuição e tratamento da informação em toda a sua diversidade (texto, som, imagem, vídeo), como a sua utilização já está a transformar a nossa maneira de viver e trabalhar, transportando-nos de uma sociedade baseada nos bens físicos para uma outra cada vez mais centrada em conhecimento e informação.

Em todos os Estados-membros a sociedade da informação está a invadir fábricas, escritórios, escolas e lares. As novas abordagens do acesso à informação conduzem-nos a uma sociedade mais aberta, com uma circulação crescente de conhecimentos, informações, documentos e entretenimento, no país e no estrangeiro.

Actividades económicas que até aqui se centravam nos mercados locais, possuem agora um potencial internacional. Os mercados específicos da cultura como, por exemplo, a edição, a produção de software e os serviços domóticos assumem cada vez mais uma abordagem multinacional.

As ligações destinadas à informação global, incluindo satélites e televisão por cabo, estão a tornar-se um lugar comum. As redes informáticas mundiais como, por exemplo, a Internet, todos os meses chamam a si novos utilizadores europeus sem conta.

A revolução da informação está a mudar radicalmente a natureza e o uso das comunicações em toda a sociedade, fornecendo novas oportunidades de negócios, cultura e ensino.

3.2 Um desafio duplo para a Europa

Dado que a informação afecta todas as camadas da sociedade, o problema da igualdade de oportunidades de acesso é vital. De facto, se não for correctamente enquadrada, a revolução da informação pode conduzir a uma sociedade de dois níveis, separando os que usufruem de todas as capacidades da tecnologia dos que são impedidos de o fazer, frequentemente incapacitados por motivos de ordem linguística.

O duplo desafio que se coloca à Europa, no limiar da criação da sociedade da informação, é, assim, o de manter a nossa riqueza linguística e a nossa diversidade cultural, assegurando simultaneamente às nossas empresas e aos nossos cidadãos em geral, igualdade de oportunidades para participar na nova era da informação que se avizinha e para usufruir dos seus benefícios.

A indústria deve adaptar-se para permanecer competitiva nos mercados europeu e mundial. As empresas deverão prestar a máxima atenção aos factores culturais e linguísticos ao delinear as suas estratégias de desenvolvimento de produtos e de marketing. As PME que encontram dificuldades na aquisição deste tipo de conhecimentos e na adaptação dos seus produtos e marketing, só poderão beneficiar dos mais recentes progressos se tiverem compreendido a natureza do problema.

Para responder a esses desafios, a sociedade da informação europeia deve permanecer multilingue. Todos os cidadãos da União devem poder comunicar em profundidade, não só com os outros europeus, mas também com parceiros de todo o mundo.

Devem-lhes ser dados os meios de viver e trabalhar em conjunto de forma eficaz e num espírito de tolerância, democracia e harmonia social.

Uma abordagem multilingue das comunicações criará igualdade de oportunidades para todos, indivíduos e empresas, independentemente da respectiva língua, a fim de participarem na nova era da informação.

3.3 As forças do mercado não serão suficientes

O rápido crescimento da utilização das tecnologias da informação e da comunicação favorecerá naturalmente as línguas com maior êxito de processamento. As línguas apoiadas por produtos de software importantes, que possibilitam potentes manipulações de texto, permitem acesso praticamente ilimitado a serviços de informação nessas mesmas línguas.

Relativamente a este aspecto, as forças do mercado tendem a concentrar-se num número limitado de línguas, para assim divulgarem os seus serviços ao maior número de utilizadores, o mais rapidamente possível; isso tem como efeito a exclusão de um grande número de europeus que não dominam as línguas em causa, bem como as empresas, em particular as PME sem a necessária competência linguística, negando-lhes o acesso correcto à nova era da informação. A viabilidade a longo prazo das línguas que não beneficiam de apoio específico fica, assim, gravemente afectada.

Há uma necessidade óbvia de acções que contribuam para equilibrar a diferença existente entre as línguas mais divulgadas e as restantes, que apenas servem pequenas comunidades europeias regionais, ou mesmo nacionais.

3.4 Soluções para a indústria

Na nova sociedade da informação, cada vez mais, os produtos são acompanhados por material de apoio complexo, sob a forma de manuais de utilizador ou, no caso do software, mensagens visualizadas no ecrã, na língua do utilizador. A não-disponibilização desse apoio multilingue coloca diversas limitações formais e práticas à entrada em novos mercados. Na falta de apoio multilingue, os produtos são, muitas vezes, frustrantes para o utilizador.

Tanto as grandes como as pequenas empresas estão plenamente conscientes do tempo e dos custos necessários para colocar um produto em mercados de língua estrangeira. Frequentemente, os fabricantes decidem restringir a sua estratégia de comercialização às áreas em que a satisfação dos requisitos de tradução pode ser evitada ou limitada ao mínimo.

Consequentemente, o mercado europeu não funciona bem para uma grande variedade de produtos, especialmente para os que têm uma importante componente de informação ou para nichos de mercado geralmente servidos por PME.

Em primeiro lugar, a indústria está sujeita aos regimes linguísticos dos respectivos concorrentes e, para poder preparar-se, necessita de clareza quanto aos requisitos linguísticos dos mercados.

Em segundo lugar, necessita de acelerar a adaptação das suas competências linguísticas e estratégias de marketing, incluindo o uso de instrumentos linguísticos avançados, serviços de tradução e capacidades linguísticas humanas.

Em terceiro lugar, os instrumentos, serviços e melhores práticas devem ser desenvolvidos de acordo com as suas necessidades específicas. A indústria de engenharia linguística tem um papel evidente de desenvolver e comercializar produtos que melhorem a relação custo-eficácia.

Face à natureza europeia e multilingue do problema, é necessária uma actuação coerente da Comunidade no que diz respeito ao mercado, às indústrias de fornecedores e às indústrias da língua.

Uma acção coordenada ao nível da União ajudará a ultrapassar alguns dos problemas que as empresas, por si sós, não podem resolver.

4. Preservar a diversidade linguística na Europa

4.1 O papel dos Estados-membros

A preservação das várias línguas europeias é fundamentalmente da responsabilidade dos países em causa, alguns dos quais têm políticas linguísticas explícitas. Inspirados pelos desejos dos seus cidadãos, todos os Estados-membros e regiões atribuem valor especial às suas próprias línguas, insistindo para que continuem a ser reconhecidas no contexto europeu. O desenvolvimento e a disponibilidade de instrumentos específicos às línguas utilizadas num Estado-membro ou numa região, devem ser essencialmente da responsabilidade desse mesmo Estado-membro ou região.

Assim, todos os Estados-membros terão um interesse comum em preservar a diversidade linguística da União Europeia, ao entrar na era da informação.

Todos os Estados-membros e regiões têm um papel decisivo a desempenhar na preservação da sua ou das suas línguas, de acordo com a subsidiariedade.

4.2 O papel da União Europeia

As instituições europeias e, em particular, a Comissão, podem desempenhar um papel catalisador e acrescentar valor aos esforços nacionais:

- salvaguardando o estatuto das línguas oficiais, de acordo com regras que estipulam o uso das línguas nas instituições europeias[16];

- informando as organizações públicas e privadas sobre a importância das questões linguísticas na era da informação, com vista à identificação de problemas comuns e possíveis soluções;

---

[16] Com base nos artigos 217° e 248° do Tratado de Roma e estabelecido pelo Regulamento n° 1 do Conselho, JO n° L 17 de 6.10.1958, posteriormente alterado com a adesão de novos Estados-membros.

- estimulando as indústrias da língua e as indústrias destinadas aos utilizadores a realizarem estratégias de marketing verdadeiramente europeias ou globais, integrando o multilinguismo nas respectivas estratégias, a fim de lhes dar uma vantagem competitiva;

- pondo os resultados das suas iniciativas de I&D à disposição dos utilizadores e dos produtores de serviços e produtos de engenharia linguística;

- promovendo o desenvolvimento de instrumentos, normas e infra-estruturas que sejam amplamente independentes do aspecto linguístico, conquanto indispensáveis para o tratamento das línguas;

- incentivando a sensibilização e promovendo uma abordagem multilingue da sociedade da informação na Europa, em relação a conteúdos, interfaces, tradução, interpretação e aprendizagem das línguas.

As instituições europeias podem contribuir para promover e garantir a diversidade linguística na era da informação.

4.3 O papel dos estabelecimentos de ensino

Os estabelecimentos de ensino desempenham um papel fundamental na defesa da diversidade linguística na Europa. O domínio da língua materna está na origem das nossas culturas e sistemas de ensino. A aprendizagem eficaz das línguas estrangeiras transformou-se numa necessidade para todos os europeus, no limiar da sociedade global da informação.

Na sequência das conclusões da reunião do G-7 sobre a sociedade da informação, é necessário abordar de forma inovadora o ensino e a formação, nos seus aspectos transculturais, especialmente no que respeita aos estudantes e empregados de todas as empresas, incluindo PME.

4.4 O papel do sector privado

O sector privado tem um papel fundamental a desempenhar na implantação da sociedade da informação na Europa, tal como o sublinham o Livro Branco da Comissão, sobre Crescimento, Competitividade e Emprego, o relatório Bangemann e a reunião do G-7 sobre a sociedade da informação.

De facto, serão as empresas privadas a produzir os conteúdos e a utilizar as interfaces multilingues. Na esfera da aprendizagem das línguas, as organizações privadas vêm, cada vez mais, complementando o trabalho dos estabelecimentos de ensino oficiais. A tradução, a interpretação e o apoio linguístico, a nível de software e dos meios de comunicação, são áreas importantes para o sector privado, no caminho para a instauração da sociedade da informação multilingue.

A diversidade linguística, durante muito tempo considerada como um mero factor de custo, é agora perspectivada como uma oportunidade para a indústria, permitindo criar novos tipos de actividade industrial e possibilitando uma maior diversidade de produtos que respondam às necessidades individuais dos clientes.

As empresas privadas desempenharão um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade da informação multilingue.

4.5 O papel da investigação e do desenvolvimento

As novas tecnologias podem contribuir para preservar o multilinguismo, aumentando cada vez mais a capacidade e o poder de processamento das telecomunicações e operações informáticas.

As actividades europeias de I&D no domínio da tecnologia linguística criaram uma base científica sólida. Apesar disso, o êxito da transferência tecnológica é ainda reduzido, uma vez que os produtos comerciáveis tendem a ser unilingues e não multilingues e têm, em regra geral, sido lançados nos EUA. Só agora as empresas europeias começam a lançar produtos no mercado.

Os esforços europeus de investigação prepararam uma base sólida para a transferência de tecnologia para o mercado.

5. Uma sociedade da informação multilingue para a Europa: a necessidade de uma acção complementar

A promoção do multilinguismo na Europa implica uma vasta gama de iniciativas em diferentes domínios, como elementos de uma estratégia coerente.

Várias iniciativas foram já lançadas, contribuindo para abrir o caminho europeu para a sociedade da informação multilingue. Contudo, existem várias lacunas que têm de ser preenchidas no seio de uma estrutura complementar, para que a estratégia tenha êxito.

A iniciativa da nova sociedade da informação multilingue situa-se, pois, em três domínios de acção que reforçarão a estratégia geral. Esses domínios abrangem a promoção de uma infra-estrutura europeia de recursos linguísticos (Linha de Acção 1), o reforço do papel das indústrias da língua (Linha de Acção 2) e o desenvolvimento de instrumentos multilingues para os serviços públicos (Linha de Acção 3). Prevê-se a criação de uma plataforma de coordenação, por forma a que haja uma focalização na definição de problemas relacionados com os aspectos linguísticos da sociedade da informação, composta por organizações públicas e privadas (Acções de Acompanhamento).

O número e a variedade de agentes é tal que a Comissão apenas pode agir com eficácia através de actividades de sensibilização e promoção, do desenvolvimento de infra-estruturas linguísticas, de projectos-piloto e de demonstração com valor promocional e um número limitado de acções específicas para as indústrias da língua. A implementação far-se-á, em princípio, por intermédio de convites à apresentação de propostas para projectos de custos repartidos e para desenvolvimentos específicos no âmbito da Linha de Acção 3.

As novas actividades complementarão as iniciativas comunitárias existentes nos domínios da aprendizagem de línguas, do conteúdo multilingue e da tecnologia da língua.

As acções deverão criar as condições adequadas para uma sociedade da informação multilingue, baseando-se em iniciativas europeias em curso e estimulando a colaboração.

5.1 Criar, validar e distribuir os recursos linguísticos europeus

Transformar as tecnologias da língua em produtos e serviços comerciáveis não depende só de uma base tecnológica sólida mas também da existência de recursos como dicionários electrónicos, bases terminológicas, bases de dados vocais e gramáticas. Neste aspecto, serão necessários esforços consideráveis, nomeadamente a nível dos investimentos, muito superiores às possibilidades dos intervenientes do sector privado, sobretudo porque a maior parte das empresas envolvidas são PME.

Os Estados-membros, a Comissão e algumas empresas privadas investiram já somas consideráveis na produção de recursos linguísticos, como dicionários em linha, thesauri e bases terminológicas, cujo potencial se vê muito reduzido pelo facto de serem essencialmente unilingues. Além do mais, foram desenvolvidas sem qualquer preocupação de compatibilidade sendo, por isso, difíceis de localizar e de reutilizar. É preciso estabelecer um inventário dos recursos linguísticos potencialmente reutilizáveis, antes de se proceder à sua transformação no sentido de os tornar multilingues, compatíveis e amplamente disponíveis e acessíveis.

A subsidiariedade pode ser um trunfo nesta área, visto que as medidas para um cabal desenvolvimento dos recursos de qualquer língua são da responsabilidade dos Estados-membros onde essa língua é falada, enquanto que a Comunidade desenvolve actividades relacionadas com temáticas de carácter geral, como normas e respectiva aplicação, igualdade de acesso para todas as empresas e cidadãos, redes de bancos de dados à escala europeia e níveis de qualidade comparáveis para todas as línguas. No caso dos recursos multilingues, vitais para a criação de uma verdadeira sociedade da informação multilingue, a responsabilidade de tomar iniciativas deve ser repartida entre a Comunidade e os Estados-membros em causa, distinguindo os aspectos genéricos dos específicos.

Uma associação de fornecedores e de utilizadores será de grande utilidade para a promoção de uma infra-estrutura de recursos, cuja criação e direcção será deixada ao critério dos operadores públicos e privados dos vários sectores. Nos Estados Unidos e no Japão, o Governo estimulou a criação, a distribuição e a normalização dos recursos linguísticos.

As organizações lexicais nacionais serão encorajadas a coordenar os seus recursos e resultados, para que a indústria linguística europeia possa tirar deles o máximo partido. A indústria editorial deve também ser incentivada a dar o seu contributo.

No domínio da tecnologia da fala, é necessário que os institutos de investigação cooperem estreitamente entre si e com a indústria, na compilação de bases de dados normalizadas para o desenvolvimento e o teste de sistemas de processamento da fala, com o objectivo de elaborar aplicações avançadas de tecnologia da fala. Visto que terá que ser incluído um grande número de línguas faladas na Europa, a Comissão investigará, em conjunto com os Estados-membros, a viabilidade de apoiar o desenvolvimento de bases de dados vocais, especialmente nas línguas com menor potencial económico.

A importância da terminologia no tratamento da informação na Europa é tal que justifica a instalação de uma infra-estrutura terminológica comum: hoje em dia, existem milhões de termos específicos, relativos a cerca de 200 sectores. Assim, para obter facilmente acesso a terminologia multilingue, será necessário organizá-la segundo uma normalização adequada e divulgá-la através de bases de dados de grande implantação ou através de rede.

As indústrias e instituições que, na Europa, trabalham em terminologia multilingue poderiam formar a base para uma organização de cooperação terminológica. Posteriormente, com o estímulo adequado e o necessário apoio financeiro e organizativo, esta poderia transformar-se num Centro Europeu de Coordenação e Informação Terminológica, em cooperação com os centros terminológicos nacionais e regionais e com os vários sectores industriais, administrativos, jurídicos, científicos e médicos.

Deve ser dada a máxima atenção às formas e meios mais eficazes de garantir o acesso unificado a estes recursos e à sua utilização. Para assegurar uma base amplamente repartida, devem disponibilizar-se instrumentos de acesso em rede, para descarregamento imediato (por exemplo, freeware).

Uma coordenação mais estreita entre organizações nacionais e regionais de lexicografia e terminologia produzirá uma disponibilidade acrescida de recursos multilingues acessíveis. Ao abrigo da Linha de Acção 1, a Comissão contribuirá para a criação de estruturas e processos de coordenação e para estimular a cooperação.

5.2 Reforçar a indústria de engenharia linguística

Um dos aspectos importantes do papel do sector privado na criação da sociedade da informação multilingue é o envolvimento nas assim designadas indústrias da engenharia linguística, cuja actividade principal é a produção de material comerciável para o tratamento informático das línguas.

Estas indústrias, que poderiam desempenhar um papel fundamental na promoção da sociedade da informação na Europa, não conseguiram desenvolver-se em plenitude, devido aos custos proibitivos da exploração em grande escala dos recursos linguísticos, tão indispensáveis para o êxito dos produtos.

São exemplos os sistemas de criação e de edição, com base em correctores ortográficos e gramaticais, sistemas de apoio à tradução, tais como dicionários electrónicos e bases terminológicas, sistemas de tradução automática adaptados a diferentes áreas temáticas e tipos de textos, e desenvolvimentos para reconhecimento e síntese da fala.

Uma indústria da engenharia linguística forte é a espinha dorsal que permitirá a implantação da sociedade da informação multilingue europeia; mais tarde, poderá desempenhar um papel importante no desenvolvimento da exportação de produtos linguísticos europeus para outras partes do mundo. A sua implantação dependerá da conjunção de competências a nível europeu, aumentando assim o potencial para o desenvolvimento de aplicações, e da maior e melhor exploração da base tecnológica e científica europeia neste domínio.

Conquanto seja uma tarefa essencialmente destinada às empresas do sector privado envolvidas, os Estados-membros e as instituições europeias devem apoiá-las, desempenhando um papel de estímulo e catalisador, identificando mercados e áreas potenciais de actuação e incentivando a indústria a aceitar desafios que estariam além do âmbito das suas actividades.

Há boas razões para o fazer. Na Europa, a indústria debate-se com mercados muito mais fragmentados do que o mercado americano, por exemplo. A maior parte dos intervenientes é composta por pequenas empresas, sem possibilidades de resolver os problemas culturais e linguísticos relacionados com o lançamento nos mercados estrangeiros. A esta dificuldade junta-se o facto de os mercados europeus serem menos dinâmicos para novos produtos e serviços do que os Estados Unidos e a Ásia Oriental. Este duplo desafio dá às empresas europeias uma desvantagem fundamental que deve ser compensada por medidas de infra-estrutura e de estímulo.

Na engenharia linguística, muitas das metodologias, normas, especificações funcionais e tecnologias de base são largamente independentes da língua. Nestes casos, as iniciativas a nível comunitário geram economias de escala. Na área dos instrumentos interlinguísticos, como os utilizados na tradução, a Comunidade tem naturalmente um papel a desempenhar em conjunto com os Estados-membros em causa.

Os Estados-membros permanecem responsáveis pelos aspectos dos instrumentos, recursos e aplicações que dizem especificamente respeito às suas línguas em particular.

A União deve desempenhar um papel essencialmente estimulador, incentivando as indústrias da engenharia linguística ao abrigo da Linha de Acção 2, por forma a que os seus interesses se reflictam numa abordagem mais coerente do multilinguismo.

5.3 Desenvolver uma indústria de tradução avançada

O sector da tradução representa um dos mais proeminentes domínios da utilização dos produtos da engenharia linguística e constitui, ele próprio, um fornecedor principal de produtos linguísticos, nomeadamente, traduções. Calcula-se que só na Comunidade Europeia se traduzem cerca de 100 milhões de páginas por ano, correspondendo a uma força de trabalho de 100.000 pessoas e um volume de negócios de 10 mil milhões de ecus[17].

Mas a tradução não consiste apenas em traduzir textos; actualmente, envolve actividades tão diversas como a interpretação, a localização de software, a dobragem e a legendagem e ainda a realização de versões de produtos audiovisuais e de multimédia.

---

(17) Fonte: Praetorius Ltd., Nottingham, Inglaterra.

As vendas de produtos de software, na Europa, que já atingiram cerca de 25 mil milhões de ecus por ano, estão a aumentar rapidamente. Um sector-chave neste domínio é o da adaptação de software para mercados locais, que envolve a preparação de documentos, o apoio relativo a produtos, manuais, empacotamento e armazenagem, bem como distribuição e logística. A maior parte implica actividades de base linguística, mesmo nos casos em que a tradução não é directamente necessária.

O centro das atenções, na indústria da tradução, desloca-se progressivamente para os instrumentos informatizados de apoio à tradução, tais como dicionários electrónicos, bancos de tradução e sistemas de mensagem que possam ser consultados a partir do posto de trabalho do tradutor. A competência informática é, pois, uma técnica cada vez mais necessária ao tradutor em exercício, contribuindo para impor uma abordagem mais industrializada, com base na utilização ampla de redes de serviços adequados.

O fácil acesso a sistemas auxiliares multilingues, incluindo recursos lexicais e bancos de terminologia, tornar-se-á cada vez mais importante. A criação de redes de tradutores e de empresas de tradução aumentará a eficácia e a flexibilidade, melhorando a capacidade de concorrência da Europa no mercado global. Após consulta aprofundada da indústria da tradução, serão encetadas acções de formação e sensibilização, destinadas a mobilizar e reforçar o potencial europeu de tradução.

Em última análise, todos os cidadãos e empresas da União deverão ter acesso a instrumentos de tradução conviviais que, infelizmente, ainda não abrangem todas as línguas menos utilizadas, dado que o retorno dos investimentos é insuficiente para as empresas de menor dimensão envolvidas. Nesta área, a cooperação pode ser de extrema utilidade.

Será promovida e incentivada uma abordagem mais industrial da tradução, com base na generalização das redes e no acesso a instrumentos e recursos de tradução para melhorar a eficácia e a competitividade europeias no mercado mundial da tradução.

5.4 Criar e formar uma comunidade de utilizadores instruída e avançada

Os incentivos destinados a trazer a tecnologia até ao mercado só poderão ter êxito se existir uma procura forte e crescente de produtos e serviços de informação multilingue. Esta procura virá dos cidadãos (entretenimento, informação), das empresas (informação, interpretação, tradução) e do sector público (informação, cultura, tradução, interpretação, documentação). Todos devem ser alertados para o surgimento da sociedade da informação e estar conscientes das oportunidades que se abrem, agora e no futuro, à informação multilingue na Europa.

As instituições europeias podem contribuir especificamente para essa sensibilização. Na Comissão - ao abrigo de sucessivos Planos de Acção Multilingues[18] - experimentam-se há já algum tempo instrumentos multilingues, como tradução

---

[18] 6° Plano de Acção Multilingue (1994-1995).

informatizada e bancos terminológicos. Recentemente, foram desenvolvidos esforços, que deverão ser intensificados, para alargar estas experiências às outras instituições europeias e a algumas administrações estatais.

Devem ser desenvolvidos esforços no sentido de informar as empresas, as administrações e os cidadãos sobre os instrumentos e os serviços linguísticos disponíveis. Ao abrigo da Linha de Acção 3, as instituições europeias podem dar o exemplo às indústrias europeias em causa, estimulando uma procura de nível elevado e contribuindo directamente para que surja, na Europa, a sociedade da informação multilingue.

5.5 Desenvolver uma estrutura de coordenação e promoção

Para que o sector privado participe activamente na realização da sociedade da informação multilingue, será evidentemente necessária uma política clara, que promova a acção conjunta das instituições europeias, dos Estados-membros e das empresas privadas.

No contexto das iniciativas internacionais relativas à sociedade global da informação, a Comissão dará destaque à necessidade de abordar os aspectos linguísticos e culturais. Procurar-se-á a cooperação, em especial, com países não-comunitários da Europa Central e Oriental, do Espaço Económico Europeu e da Bacia Mediterrânica, bem como com os países onde as línguas europeias são faladas por uma grande parte das populações.

Prevê-se a criação de uma plataforma de coordenação, por forma a que haja uma focalização na definição de problemas relacionados com os aspectos linguísticos da sociedade da informação, composta por organizações públicas e privadas com responsabilidades ou missões relativas ao multilinguismo e à sociedade. Essa plataforma deverá ter as seguintes tarefas:

- melhoria da compreensão dos problemas linguísticos ligados à sociedade da informação;
- análise dos aspectos económicos, sociais e culturais com relevância nesta matéria;
- identificação dos principais obstáculos à criação de uma sociedade da informação multilingue;
- incentivo da coordenação entre os organismos nacionais e as instituições europeias;
- avaliação dos progressos no sentido da sociedade da informação multilingue;
- cooperação e intercâmbio de recursos linguísticos com países que não fazem parte da União Europeia.

Como medida de acompanhamento, será criada uma plataforma de coordenação das iniciativas multilingues públicas e privadas que contribuirá para melhor focalizar as políticas a definir.

6. Coordenação com acções comunitárias afins

As acções atrás descritas foram cuidadosamente orientadas no sentido de complementar o trabalho já em curso no âmbito de diversas iniciativas comunitárias. Efectivamente, a promoção do multilinguismo na Europa implica a coordenação de um amplo leque de iniciativas em diferentes domínios que devem, todavia, ser consideradas elementos de uma estratégia coerente.

As acções complementares da Comunidade tendentes a reforçar os conhecimentos linguísticos e a base tecnológica desempenharão um papel vital na criação da sociedade da informação multilingue, na Europa.

6.1 Uma abordagem europeia da aprendizagem das línguas

As empresas, as administrações e os cidadãos em geral reconhecem a necessidade crescente de um apoio multilingue à comunicação de informação e conhecimentos. Assim, actualmente concede-se maior atenção às iniciativas de aprendizagem linguística.

Embora continue a ser fundamental o domínio perfeito da língua materna, a competência em línguas estrangeiras começa a ser quase tão importante como aquela. Só ampliando as suas capacidades linguísticas os cidadãos poderão beneficiar dos serviços de informação cada vez mais ricos de conteúdo fornecidos pelas redes globais. Esse resultado pode conseguir-se, em parte, graças ao desenvolvimento de produtos para ensino das línguas à distância, preparados para utilização em rede.

Na sequência do programa Lingua[19], os programas Socrates e Leonardo concederão a máxima atenção à aprendizagem das línguas, além de também abarcarem a formação profissional. No novo Programa das Aplicações Telemáticas, quer o sector do ensino e da formação, quer o sector da engenharia linguística, incluem o desenvolvimento de instrumentos de aprendizagem das línguas.

O Conselho de Investigação concordou recentemente em criar várias *task-forces* encarregadas de elaborar diversos tópicos de investigação pluridisciplinar. A *task-force* responsável pelo software pedagógico multimédia irá analisar os problemas relacionados com o ensino das línguas.

Deve intensificar-se a importância atribuída à aprendizagem das línguas em todas as fases do ensino, bem como no sector profissional. Os programas comunitários, como Leonardo* e Socrates, *e o Programa das Aplicações Telemáticas devem contribuir para tal.

---

[19] Decisão do Conselho que estabelece um programa de acção para a promoção do conhecimento de línguas estrangeiras na Comunidade Europeia (Lingua). JO nº L 239 de 16.8.1989.

6.2 Promover os conteúdos multilingues

À medida que se aproxima a era da informação, a Europa pode seguramente capitalizar o seu espólio nas áreas da edição, do audiovisual e das línguas. Os métodos modernos de produção, embalagem e distribuição abrem os mercados internacionais a uma vasta gama de serviços, nos sectores do lazer, da cultura ou dos negócios, exigindo com frequência uma abordagem multilingue do conteúdo.

Esses métodos incluem técnicas de redução dos custos de produção relacionados com os conteúdos, destinados aos diferentes mercados linguísticos europeus. As novas tecnologias permitirão optar por uma abordagem mais integrada, reduzindo custos de adaptação e de tradução, e melhorando simultaneamente a qualidade em termos de multilinguismo.

A indústria europeia dos conteúdos será um dos principais intervenientes industriais no lançamento da sociedade da informação, tendo em vista a necessidade de publicar em várias línguas para o mercado multilingue. Este aspecto é tratado na proposta do programa INFO2000 e no programa Media II.

Da mesma forma, os programas de IDT, especialmente no que diz respeito aos sectores da engenharia da informação e da engenharia linguística do Programa das Aplicações Telemáticas, concedem a devida atenção às tecnologias de redução de custos adicionais e de redução do tempo de realização da produção de conteúdos multilingues, incluindo dobragem, legendagem e apoio em software multilingue. Neste domínio, revestem-se de grande importância os instrumentos de produção de CD-ROM e de CD-I, numa vasta gama de línguas.

No contexto dos programas de IDT, incentivar-se-á o desenvolvimento de instrumentos e métodos destinados a reduzir os custos de produção de conteúdos multilingues, contribuindo simultaneamente para melhorar a sua qualidade. Os programas INFO2000 e MEDIA II estimularão a produção de conteúdos multilingues.

6.3 Ampliar e explorar a base tecnológica

Apesar dos progressos significativos efectuados nos últimos dez anos, a tecnologia da língua permanece incipiente, exigindo muito mais investigação e desenvolvimento. Uma das limitações é a inexistência de recursos informatizados em larga escala e facilmente acessíveis para as diversas tecnologias:

- O processamento das línguas naturais abarca domínios tão diversos como reconhecimento da língua, gestão do diálogo, análise sintáctica, morfológica e semântica, tradução automática, indexação e recuperação de documentos e técnicas de avaliação. Essas tecnologias são necessárias para criar correctores gramaticais, analisadores sintácticos para a tradução e sistemas de criação, além de instrumentos para procura e classificação de informação em rede.

- A tecnologia da fala pode ser subdividida em processamento de sinais, reconhecimento automático da fala, compreensão da língua, reconhecimento do falante, geração de fala e sintetização de texto em fala, bem como avaliação da tecnologia da fala. A tecnologia da fala pode ser aplicada a nível da síntese, por

exemplo, na criação de sistemas de transformação de texto em fala para os invisuais, enquanto que as técnicas de análise da fala são necessárias para equipamento controlado por voz e para sistemas de ditado informático. Todas estas tecnologias estão intimamente ligadas aos seus equivalentes de processamento da escrita.

- Os aspectos ergonómicos da engenharia linguística cobrem a concepção de interfaces eficazes para tratamento da escrita e da fala. Neles se incluem a apresentação de imagens no ecrã e mensagens de ajuda em todas as línguas necessárias, bem como componentes de apoio a comandos orais multilingues.

A engenharia linguística baseia-se nestes para desenvolver aplicações que envolvam o processamento da escrita ou da fala. Por exemplo, as aplicações potenciais poderiam incluir sistemas de tradução bruta de resumos de bases de dados científicas ou de conversão de fala em texto como, por exemplo, relatórios ditados por especialistas médicos.

A base científica europeia para a tecnologia linguística foi consolidada por programas de IDT como Esprit, Telemática, Eurotra[20] e Investigação e Engenharia Linguística[21]. A exploração desta forte base científica e tecnológica está, contudo, a ser deixada para trás.

Serão levados a cabo esforços redobrados, quer no contexto dos programas específicos em questão, quer através de um apoio continuado à exploração e divulgação de resultados, no sentido de manter a indústria informada sobre os progressos efectuados na área da tecnologia linguística.

7. Conclusões

Para concluir, o programa Sociedade da Informação Multilingue tentará colmatar muitas das deficiências significativas no desenvolvimento de uma estratégia coordenada para uma sociedade da informação multilingue. Em muitos casos, não só as ideias, mas também uma melhor coordenação, velocidade adequada e implementação apropriada, são necessárias na Europa. A proposta de decisão do Conselho para lançar um programa de acção que promova a sociedade da informação multilingue visa, precisamente, tratar destes diferentes aspectos.

A diversidade linguística foi e permanece a pedra basilar da comunicação e cooperação europeias. Com o surgimento da sociedade da informação global, quando os países procurarão tudo fazer para capitalizar as posições de força que detêm em algumas áreas dos serviços da informação e da comunicação, praticando a exportação de produtos e serviços para todo o mundo, a sua importância será indiscutível.

---

(20) Eurotra, Sistema europeu de tradução automática de concepção avançada. Iniciado pela Decisão 82/752/CEE do Conselho, de 14 de Novembro de 1982 e continuado pela Decisão 90/664/CEE do Conselho, de 26 de Novembro de 1990.

(21) Decisão do Conselho de 7 de Junho de 1991, JO nº L 192 de 16.7.1991.

À medida que a sociedade da informação se vai desenvolvendo, a Europa deve estar pronta a desempenhar o seu papel e a colher daí todos os benefícios para os seus cidadãos, empresas e administrações públicas. A identidade europeia, que se caracteriza pela cooperação proveitosa entre diferentes povos, com diferentes línguas e diferentes culturas, deve ser preservada.

A diversidade linguística europeia é considerável quando comparada com os Estados Unidos e o Japão, seus principais concorrentes, mesmo que seja menos marcada do que a existente em outras partes do mundo. A Europa possui as competências científicas e tecnológicas, a força económica e a vontade política necessárias para manter viva a sua diversidade linguística na era da informação, tal como desejam os cidadãos europeus. A indústria está preparada para desempenhar o seu papel neste empreendimento, visto que já conhece a necessidade de se adaptar a uma sociedade multilingue e multicultural. As pequenas empresas, que devem enfrentar mercados grandes e diversificados, também necessitam de uma ajuda adequada.

Assim, a sociedade da informação multilingue fará com que os cidadãos comuniquem mais facilmente em qualquer língua da sua escolha, no trabalho ou em casa. Garantirá também uma posição forte à Europa na transferência da sua própria experiência e maturidade, cultural e linguisticamente diferente, para uma sociedade da informação global ainda mais diferenciada.

ANEXO 1: Resumo das Acções MLIS

#	TÍTULO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
1.	Apoiar a construção de uma infra-estrutura de recursos linguísticos europeus	Convite à apresentação de propostas (projectos de custos repartidos) para: - apoiar o lançamento de uma associação dos recursos linguísticos europeus respeitantes à validação e à difusão dos recursos linguísticos - desenvolvimento, por fases, de um sector de ligação a redes e de bancos de terminologia de base linguística - selecção e funcionamento de um centro de informação sobre terminologia - desenvolvimento, por fases, de uma rede de *corpora* e léxicos electrónicos compatíveis	- melhor utilização dos recursos linguísticos que estão a ser desenvolvidos independentemente nos diferentes Estados-membros - necessidade de desenvolver os recursos linguísticos de acordo com normas decididas em comum - tratamento em rede destes recursos para garantir a sua compatibilidade - promoção do desenvolvimento de recursos *multilingues* através da acção comunitária

#	TÍTULO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
2.	Mobilizar e reforçar as indústrias da língua	Convites à apresentação de propostas (projectos de custos repartidos) para: - demonstração do uso eficaz de instrumentos linguísticos controlados e outros instrumentos linguísticos, num número restrito de enquadramentos industriais e comerciais - demonstração de instrumentos e métodos avançados para localização de software de multimédia - desenvolvimento de serviços relativos a repertórios electrónicos de tradução - demonstração da teletradução e da tele-interpretação, com utilização de redes pan-europeias	- as PME necessitam, cada vez mais, de entrar em diferentes mercados linguísticos - há falta de capacidades especializadas e de experiência para tratar as questões relativas ao multilinguismo - a acção da Comunidade melhorara as possibilidades das PME no Mercado Único - o acesso directo aos serviços multilingues reduzirá o tempo de colocação no mercado das PME - as indústrias da língua, principalmente as PME, retirarão vantagens da cooperação europeia

ANEXO 1: Resumo das Acções MLIS

#	TÍTULO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
3.	Promover a utilização de instrumentos linguísticos avançados, no sector público europeu	Convites à apresentação de propostas para: - desenvolvimento de uma infra-estrutura multilingue de informação destinada ao sector público (instrumentos, recursos, normas e interfaces) - desenvolvimento de instrumentos de tradução, em cooperação bilateral com os Estados-membros e as regiões - elaboração de terminologia unificada, específica do sector público europeu	- a necessidade de comunicação multilingue entre as administrações públicas na Europa encontra-se em rápido crescimento - a existência de instrumentos linguísticos pode aumentar bastante a eficácia - a experiência das instituições europeias para lidar com o multilinguismo deve ser partilhada com as administrações dos Estados-membros - o sector público europeu servirá de exemplo para as indústrias europeias da língua

#	TÍTULO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
-	Acções de acompanhamento	Convites à apresentação de propostas (principalmente para estudos e acções de sensibilização) - organização da concertação e da coordenação entre os principais operadores - estudo para avaliar as necessidades e a evolução no sentido do multilinguismo - apoiar o trabalho relativo a normas linguísticas - várias actividades promocionais, particularmente destinadas ao grande público e aos sectores empresariais - organizar a concertação com países terceiros	- acções concertadas ao nível europeu, para melhorar a eficácia do plano de acção - normalização essencial à disponibilização e à reutilização em grande escala - a nível europeu, são escassas a sensibilização para os problemas linguísticos e as soluções possíveis - o intercâmbio interno pode alargar a acção europeia e reforça as relações com determinados países terceiros

Proposta de

DECISÃO DO CONSELHO

relativa à adopção de um programa plurianual destinado a promover a diversidade linguística da Comunidade na sociedade da informação

---

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 130º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu[1],

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social[2],

Considerando que o surgimento da sociedade da informação oferece à indústria novas perspectivas de comunicação e intercâmbio nos mercados europeus e mundiais, caracterizados por uma grande diversidade linguística e cultural;

Considerando que a indústria deve elaborar soluções específicas e adequadas para ultrapassar as barreiras linguísticas e poder, assim, beneficiar plenamente das vantagens do mercado interno e permanecer competitiva nos mercados externos;

Considerando que é oportuno estimular o emprego das tecnologias, dos instrumentos e dos métodos que reduzem o custo da transferência da informação entre as línguas, procurando simultaneamente garantir a qualidade das traduções, em especial no caso da tradução literária, domínio onde não podemos prescindir de um trabalho específico de criação;

Considerando que o Conselho Europeu, reunido em Corfu, em 24 e 25 de Junho de 1994, sublinhou a importância dos aspectos culturais e linguísticos da sociedade da informação e que o Conselho Europeu, reunido em Cannes, em 26 e 27 de Junho de 1995, relembrou como é importante para a Comunidade a diversidade linguística nela existente;

Considerando que o surgimento da sociedade da informação é susceptível de alargar o acesso à informação por parte dos cidadãos e de constituir uma oportunidade extraordinária para valorizar a riqueza e a diversidade culturais e linguísticas da Comunidade;

---

(1) JO nº .....

(2) JO nº .....

Considerando que as políticas linguísticas são da responsabilidade dos Estados-membros; que, todavia, a promoção do desenvolvimento dos modernos instrumentos de tratamento linguístico e da sua utilização é uma actividade onde a acção comunitária se justifica para permitir a realização de economias de escala substanciais, suscitando as cooperações apropriadas entre os intervenientes das diferentes zonas linguísticas; que as acções a empreender no plano comunitário devem ser proporcionalmente adequadas aos objectivos a atingir e limitar-se aos domínios propícios à realização de um valor acrescentado comunitário;

Considerando que é do interesse da Comunidade apoiar os esforços de criação de uma infra-estrutura que encoraje a criação e favoreça a exploração dos recursos linguísticos que são necessários para melhorar os instrumentos e serviços linguísticos e contribuir para o progresso dos trabalhos de investigação e de desenvolvimento;

Considerando que é também conveniente que a Comunidade mobilize as indústrias da língua e contribua para a criação de um ambiente favorável ao seu reforço;

Considerando que é oportuno encorajar as indústrias das tecnologias da informação e das comunicações a desenvolver normas que tenham em consideração a diversidade linguística e a integrá-las nos seus produtos e aplicações;

Considerando que é útil que as instituições europeias e as administrações em causa dos Estados-membros reforcem a sua colaboração para favorecer o desenvolvimento e a exploração, com custos mínimos, dos instrumentos linguísticos necessários ao exercício das suas atribuições;

Considerando que convém assegurar uma estreita coordenação entre as acções para aplicação do presente programa e as iniciativas já empreendidas, no âmbito de outros programas comunitários, que contribuem para a realização de uma sociedade da informação multilingue;

Considerando que, no respeito das políticas gerais da União relacionadas com essas organizações, a participação de organizações internacionais e de entidades de países terceiros, na aplicação total ou parcial do programa, pode trazer vantagens recíprocas,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1º

É adoptado um programa comunitário destinado a:

a) estimular o emprego das tecnologias, dos instrumentos e dos métodos que reduzam o custo da transferência da informação entre as línguas e o desenvolvimento dos serviços multilingues,

b) favorecer o reforço das indústrias da língua,

c) encorajar o desenvolvimento dos serviços multilingues,

d) promover a diversidade linguística da Comunidade na sociedade mundial da informação,

para o período compreendido entre o início de produção de efeitos da presente decisão e 31 de Dezembro de 1998.

Artigo 2º

As acções que em seguida se apresentam serão empreendidas sob responsabilidade da Comissão, nos termos das linhas de acção que figuram no Anexo I e de acordo com as modalidades de aplicação do programa, previstas no Anexo II:

a) apoio aos esforços de estruturação da infra-estrutura de recursos linguísticos comunitários e incentivo aos respectivos intervenientes,

b) mobilização e reforço das indústrias da língua, estimulando a utilização das tecnologias e instrumentos linguísticos modernos e sua integração nas aplicações informáticas,

c) promoção da utilização dos instrumentos linguísticos avançados no sector público comunitário.

Nenhuma destas acções pode repetir as tarefas executadas nos mesmos domínios, no contexto de outros programas comunitários ou nacionais já existentes.

Artigo 3º

1. A autoridade orçamental fixará as dotações para cada exercício, sob reserva da disponibilidade de recursos, no quadro das perspectivas financeiras.

2. A participação financeira da Comunidade nos projectos de custos repartidos limitar-se-á, regra geral, a 50%.

Artigo 4º

1. A Comissão é responsável pela aplicação do programa.

2. A Comissão é assistida por um Comité de carácter consultivo, constituído por representantes dos Estados-membros e presidido pelo representante da Comissão.

   O representante da Comissão apresentará ao Comité um projecto das medidas a tomar. O Comité emite parecer sobre o projecto, num prazo que o presidente pode fixar em função da urgência da questão, recorrendo a votação, se for necessário.

   O parecer será exarado em acta. Cada Estado-membro tem o direito de solicitar que a sua posição conste da acta.

A Comissão considerará na medida do possível o parecer emitido pelo Comité, informando-o do modo como teve em conta o parecer.

Artigo 5º

1. O processo previsto no nº 2 do artigo 4º é aplicável:

a) ao programa de trabalho, para realização das linhas de acção definidas no Anexo I,

b) ao conteúdo dos convites à apresentação de propostas,

c) à selecção das acções propostas para um financiamento comunitário e do montante calculado desse mesmo financiamento para cada acção, sempre que seja igual ou superior a 500.000 ecus,

d) aos processos de avaliação dos resultados do programa,

e) à adaptação das modalidades de realização do programa, definidas no Anexo II,

f) à decisão que permite a participação de organizações internacionais e de entidades de países terceiros.

Artigo 6º

Executado o programa, a Comissão apresentará, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social um relatório de avaliação sobre os resultados obtidos na aplicação das acções referidas no artigo 2º.

Artigo 7º

Os Estados-membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em

Pelo Conselho

O Presidente

LINHAS DE ACÇÃO

1. Linha de acção 1: Apoiar a construção de uma infra-estrutura de recursos linguísticos europeus

Os recursos linguísticos, como os dicionários, os bancos de dados terminológicos, as gramáticas, os *corpora* e os registos orais são uma matéria-prima essencial para a pesquisa linguística, para o desenvolvimento de instrumentos de tratamento da língua integrados nos sistemas informáticos e para a melhoria dos serviços de tradução. Os Estados-membros, a Comissão e algumas empresas privadas investiram já somas importantes para produzir recursos linguísticos de dimensão e complexidade diversas. Actualmente, a exploração desses recursos é entravada pelas suas próprias características, uma vez que são essencialmente monolingues, e que as suas especificações de base são frequentemente divergentes, limitando, assim, a sua reutilização. Além disso, são normalmente difíceis de localizar. O objectivo desta linha de acção é apoiar os esforços de estruturação de uma infra-estrutura europeia de recursos linguísticos multilingues.

1.1 A Comissão apoiará o início das actividades da Associação Europeia de Recursos Linguísticos (ELRA), cujos objectivos são os seguintes:

- inventariar os recursos linguísticos disponíveis na Comunidade,
- criar mecanismos que permitam assegurar a sua distribuição no plano comunitário,
- promover a aplicação de normas comuns, para assegurar a sua compatibilidade e proceder à sua certificação de qualidade.

1.2 Os trabalhos no domínio da terminologia cobrem um vasto campo de actividades cujas implicações são importantes para o comércio, as ciências, o sector cultural, as tecnologias e a aplicação das decisões, das directivas e dos regulamentos comunitários. Estes trabalhos são empreendidos por uma grande diversidade de intervenientes públicos ou privados que, frequentemente, não possuem os meios necessários à coordenação da sua acção com os seus homólogos em outros Estados-membros.

A Comissão encorajará o lançamento de acções concertadas entre os organismos interessados dos diferentes Estados-membros, nos domínios prioritários para a realização dos objectivos das políticas comunitárias. Com este objectivo, participará, sempre que for necessário, no financiamento dos encargos da criação de uma concertação europeia entre os organismos em causa, especialmente no que diz respeito às normas, à difusão da informação e às redes.

1.3 A disponibilidade de bancos de dados lexicográficos e de registos orais adaptados ao desenvolvimento de aplicações informáticas e que abranjam a totalidade das línguas da Comunidade é essencial para a emergência de uma indústria europeia da língua. Os recursos actualmente disponíveis na Europa são, na sua maioria,

monolingues e incompatíveis entre si, o que torna a sua exploração impossível em termos de produção de instrumentos multilingues. A Comissão encorajará ainda, neste domínio, o lançamento de acções concertadas entre os intervenientes dos sectores público e privado dos diferentes Estados-membros, para o desenvolvimento de recursos lexicográficos e orais compatíveis e conformes às normas geralmente aceites.

1.4 A Comissão zelará para que as acções concertadas que apoia assegurem uma ligação adequada com os trabalhos efectuados no mesmo domínio, ao nível internacional.

2. Linha de acção 2: Mobilizar e reforçar as indústrias da língua

Cabe ao sector privado produzir e comercializar os instrumentos modernos que facilitem o desenvolvimento de aplicações informáticas multilingues e a transferência da informação entre as línguas. A Europa dispõe de uma base científica e tecnológica sólida neste domínio, que os programas comunitários de investigação e de desenvolvimento reforçaram, em especial os programas relativos a tecnologias da informação, das comunicações e dos sistemas telemáticos de interesse geral. Mas o mercado europeu está atrasado na exploração dos avanços da investigação em engenharia linguística. Devem ser envidados esforços especiais, nomeadamente no âmbito das acções de difusão e de valorização dos resultados da investigação do programa-quadro e dos programas específicos, para acelerar a transferência para o mercado das novas tecnologias de tratamento da língua. O conjunto das linhas de acção propostas no presente programa contribui para a criação de um ambiente favorável ao reforço das indústrias da língua, como a engenharia linguística e as indústrias da tradução.

O objectivo desta linha de acção é suscitar uma mobilização das indústrias da língua, estimulando a transferência e a procura de tecnologias, graças a um número limitado de projectos de demonstração de custos repartidos, susceptíveis de exercer um efeito de arrastamento em sectores-chave.

2.1 Diversas indústrias experimentaram a redacção controlada, com o objectivo de facilitar a elaboração de documentos técnicos e a redacção da informação de apoio ao utilizador. Esta abordagem melhora a gestão global de documentos e permite o uso eficaz da tradução automática. Um número restrito de projectos de custos repartidos demonstrará a rentabilidade da integração da redacção controlada, dos instrumentos de criação e de tradução nos sistemas operacionais de gestão de documentos para diferentes enquadramentos industriais e comerciais.

2.2 A localização de software de multimédia, incluindo a tradução da palavra oral e escrita, tem cada vez mais procura na sociedade da informação, para estimular o profissionalismo. Para aumentar a competitividade das indústrias de localização e de multimédia, será publicado um convite à apresentação de propostas tendo em vista o lançamento de um pequeno número de projectos de custos repartidos, demonstração da integração de metodologia e instrumentos de localização, formação de pessoal para localização e desenvolvimento de directrizes para melhores práticas com especial relevância para as PME.

2.3 A Comissão promoverá a utilização de redes pelas indústrias da tradução e da interpretação. Essas redes darão acesso a instrumentos avançados, incluindo os dicionários electrónicos, melhorarão a logística, permitirão a integração de outras funções e, em geral, melhorarão o funcionamento do mercado da tradução. Será publicado um convite à apresentação de propostas para definição e implantação de serviços europeus de repertórios de tradução, definição de um enquadramento aberto de tradução, na Europa, e demonstradores pan-europeus de teletradução e tele-interpretação, com a participação da indústria e dos profissionais da tradução.

3. Linha de acção 3: Promover a utilização de instrumentos linguísticos avançados, no sector público europeu

Por motivos relacionados com as suas obrigações linguísticas, as instituições europeias e, nomeadamente, a Comissão foram levadas a despender somas importantes para a aquisição e o aperfeiçoamento de instrumentos avançados, tornados indispensáveis para o tratamento eficaz de um volume crescente de traduções e de documentos multilingues. Além disso, pela sua actividade quotidiana de tradução, contribuem para a elaboração de recursos linguísticos multilingues importantes, nos diferentes domínios da actividade comunitária. Com a realização do mercado único e a supressão das fronteiras internas, as transferências de informação irão multiplicar-se entre as administrações dos diferentes Estados-membros, que serão cada vez mais confrontadas com a necessidade de dispor de instrumentos linguísticos avançados, para facilitar e reduzir o custo da sua comunicação com os seus homólogos nos outros Estados-membros. A transferência para as administrações nacionais da experiência adquirida pelas instituições europeias, no tratamento do multilinguismo e na partilha dos recursos linguísticos produzidos por umas e por outras, pode contribuir para a criação de economias de escala e para uma redução dos custos da comunicação multilingue.

O objectivo desta linha de acção é incentivar uma cooperação entre as administrações dos Estados-membros e as instituições europeias, pará reduzir o custo da comunicação multilingue no sector público europeu, em particular através da utilização de instrumentos linguísticos avançados. As instituições europeias podem, assim, exercer um poderoso efeito catalisador para o desenvolvimento da indústria europeia da língua, graças a uma procura pública baseada em normas ou elementos de especificações técnicas comuns.

3.1 O objectivo final, a longo prazo, é a disponibilidade de um serviço eficaz de tratamento do multilinguismo, que responda às necessidades das instituições e das administrações dos Estados-membros. Este serviço favorecerá a implantação de uma infra-estrutura que torne possível a exploração comum dos diferentes recursos linguísticos disponíveis nas instituições comunitárias e nas administrações, sem perder as funcionalidades actuais, e estimular a convergência dos desenvolvimentos futuros. Serão publicados convites à apresentação de propostas com vista ao desenvolvimento de instrumentos e sistemas que permitam economizar tempo de tradução, facilitando a localização e a reutilização dos textos ou extractos de documentos que já foram traduzidos, bem como no acesso aos bancos de dados terminológicos. Será ainda concedida especial atenção aos instrumentos e às aplicações que permitam facilitar o trabalho de interpretação.

3.2 As acções de cooperação, de custos repartidos, com alguns Estados-membros, para melhorar os instrumentos terminológicos e os sistemas existentes de tradução assistida por computador serão continuadas e alargadas aos outros Estados-membros interessados.

3.3 Será desenvolvido um esforço especial para colocar os instrumentos linguísticos relativos às novas línguas oficiais da Comunidade ao nível dos restantes.

4. Acções de acompanhamento

A realização de uma sociedade da informação multilingue necessita da elaboração de estratégias convergentes por parte dos poderes públicos, das associações e instituições que trabalham no desenvolvimento dos recursos e instrumentos linguísticos, dos utilizadores precursores e dos intervenientes do mercado que produzem e divulgam serviços de informação ou que fornecem instrumentos, serviços e sistemas de tratamento da língua. Como contributo, a Comissão adoptará as seguintes medidas de acompanhamento:

- organização da concertação e da coordenação entre os principais intervenientes que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade da informação multilingue,

- avaliação dos progressos alcançados no caminho da sociedade da informação multilingue e identificação dos obstáculos ainda existentes,

- promoção de normas técnicas que respondam às necessidades linguísticas dos utilizadores,

- lançamento de acções de promoção e de sensibilização dos utilizadores e apoio ao intercâmbio das melhores práticas,

- exploração das possibilidades de colaboração vantajosas com países terceiros e com organismos internacionais multilingues.

Anexo II

Modalidades de aplicação do programa

1. A Comissão aplicará o programa nos termos das especificações técnicas que figuram no anexo I.

2. Sempre que seja adequado, as linhas de acção do programa serão empreendidas com utilização de projectos de custos repartidos, com excepção dos desenvolvimentos em exclusividade para as instituições europeias, cuja participação pode ascender a 100%. O financiamento comunitário não excederá em princípio, 50% do custo dos projectos, com participação decrescente à medida que o projecto se for aproximando do mercado. As universidades e outros institutos, que não são obrigados a manter uma contabilidade de tipo analítico, serão reembolsados na base de 100% dos custos adicionais.

3. A selecção dos projectos de custos repartidos é, em princípio, fundada nos processos normais de convites à apresentação de propostas, publicados no Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Os objectivos são definidos nos planos de trabalho elaborados em estreita concertação com os intervenientes no mercado e o Comité referido no artigo 4° da decisão.

4. Em casos excepcionais, e após ter obtido o parecer do Comité referido no artigo 4°, a Comissão poderá ter em conta propostas de projectos não solicitadas, que sejam particularmente prometedoras, em termos de desenvolvimentos especiais, e importantes para a realização dos objectivos do programa, e as quais não possam ser apresentadas no âmbito do procedimento normal de convites à apresentação de propostas.

5. O apoio aos esforços de estruturação da infra-estrutura de recursos linguísticos europeus poderá assumir a forma de acções concertadas que consistam na coordenação, designadamente através de "redes de concertação", do desenvolvimento de recursos linguísticos multilingues. A participação da Comunidade poderá ir até 100% dos custos de concertação.

6. Os projectos inteiramente financiados pela Comissão no âmbito de contratos de estudos e de serviços serão concretizados recorrendo ao anúncio de concurso, nos termos dos regulamentos financeiros da Comissão. A transparência será assegurada pela publicação e difusão regular do programa de trabalho junto das associações profissionais e de outros organismos interessados.

7. Para a execução do programa, a Comissão dará também início a actividades concebidas em função dos objectivos gerais do mesmo e dos objectivos específicos de cada linha de acção. Este tipo de actividades incluirá "workshops", seminários, conferências, estudos, publicações, campanhas de sensibilização, cursos de formação, participação em projectos cooperativos com as administrações dos Estados-membros, as instituições europeias e organismos internacionais, a assistência aos observatórios nacionais da língua e um apoio específico ao desenvolvimento de instrumentos e recursos linguísticos para as línguas da Comunidade mais carenciadas.

FICHA FINANCEIRA

1. DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO

Promoção da sociedade da informação multilingue (MLIS): programa de acções plurianual para preservar e explorar a diversidade linguística na Europa.

2. RUBRICA ORÇAMENTAL IMPLICADA

Rubrica B5-403

3. BASE JURÍDICA

Tratado da União Europeia, nº 3 do artigo 130º

4. DESCRIÇÃO DA ACÇÃO

4.1. Objectivos gerais da acção

O programa proposto baseia-se na experiência adquirida pela Comissão da Comunidade Europeia na gestão de programas de investigação no domínio da engenharia linguística e no desenvolvimento, para as suas próprias necessidades, de instrumentos de tratamento linguístico que facilitem a tradução e reduzam o respectivo custo.

Este novo programa tem quatro objectivos principais:

- estimular o emprego das tecnologias, dos instrumentos e dos métodos que reduzem o custo da transferência da informação entre as línguas e o desenvolvimento de serviços multilingues,
- favorecer o reforço das indústrias da língua,
- encorajar o desenvolvimento de serviços multilingues,
- promover a diversidade linguística da União Europeia na sociedade mundial da informação

As revoluções tecnológicas que transformam a forma e os modos da comunicação humana têm um impacto na evolução das línguas e na sua utilização. O surgimento de uma sociedade mundial da informação é um desafio para a coesão e a diversidade linguística da Europa: as pressões económicas (custo do multilinguismo) tenderão a encorajar a utilização de línguas dominantes nas redes. Os cidadãos cujos conhecimentos linguísticos não lhes permitam exprimir-se de forma confortável nessas mesmas línguas, correm o risco de serem excluídos dos benefícios da sociedade da informação.

Todavia, os progressos realizados na engenharia linguística e as tecnologias de tratamento da língua permitem, hoje em dia, utilizar instrumentos que reduzem o custo da tradução e do multilinguismo e que facilitam a aprendizagem das línguas.

As principais linhas de acção do novo programa visam:

- apoiar os esforços de criação da infra-estrutura dos recursos linguísticos europeus e estimular os intervenientes envolvidos,
- mobilizar e reforçar as indústrias da língua, estimulando a utilização de tecnologias e instrumentos linguísticos modernos e sua integração nas aplicações informáticas,
- promover a utilização de instrumentos linguísticos avançados no sector público europeu.

4.2. Duração da acção e modalidades de recondução previstas

3 anos, incluindo o período compreendido entre 1 de Janeiro de 1996 e 31 de Dezembro de 1998.

5. CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS/RECEITAS

5.1 Despesas não obrigatórias

5.2 Dotações diferenciadas

5.3. Tipo de receitas previstas

As eventuais receitas, serão reutilizadas de acordo com o artigo 27° do Regulamento Financeiro, de 21 de Dezembro de 1977, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento N° 610/90, de 13 de Março de 1990.

6. NATUREZA DA DESPESA/RECEITA

6.1. Prestações de serviços

As acções inteiramente financiadas pela Comissão, no âmbito dos contratos de estudo e de serviços, serão implementadas recorrendo a anúncios de concursos em conformidade com os regulamentos financeiros da Comissão. Essas prestações de serviços dirão geralmente respeito a estudos, a organização de reuniões de concertação e seminários e a demonstração de instrumentos linguísticos para as instituições europeias, em especial, ao abrigo da aplicação das linhas de acção 2 e 3 e das acções de acompanhamento. O programa de trabalho será publicado e enviado às associações de comércio e a outros organismos interessados, garantindo-se, assim, a transparência.

6.2. Subsídio para o financiamento conjunto com outras fontes dos sectores público e privado

A selecção de projectos de custos repartidos e as acções concertadas basear-se-á, em princípio, no processo habitual dos convites à apresentação de propostas, publicados no Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Este tipo de financiamento aplica-se, nomeadamente, às actividades previstas nas três linhas de acção para os desenvolvimentos conjuntos. O conteúdo dos convites à apresentação de propostas será elaborado em estreita concertação com os operadores do mercado e o comité do programa. O principal critério para apoiar projectos por meio de convites à apresentação de propostas será o contributo potencial que estes possam representar para atingir os objectivos do programa. A contribuição financeira da Comunidade para os projectos de custos repartidos não excederá, em princípio, 50% do custo do projecto. A participação financeira da Comunidade poderá, evidentemente, atingir 100% no caso de projectos que digam exclusivamente respeito às instituições da União Europeia. Poderão ser concedidos subsídios específicos complementares para encorajar o desenvolvimento de uma infra-estrutura europeia de recursos linguísticos, a participação das PME e as iniciativas relativas às línguas da Comunidade, em relação às quais os instrumentos linguísticos avançados estão menos desenvolvidos. A contribuição financeira da Comunidade para as acções concertadas poderá ir até 100% dos encargos de concertação.

7. INCIDÊNCIA FINANCEIRA

7.1. Modo de cálculo do custo da acção (relação entre os custos individuais e o custo total)

O montante das dotações necessárias ao financiamento da contribuição comunitária para a execução do programa MLIS tem em conta os parâmetros financeiros derivados da experiência e actividades anteriores e a natureza das acções propostas para realizar os objectivos específicos definidos no ponto 9.1.

7.2. Ventilação por elementos da acção

A ventilação das dotações para autorização por linha de acção é a seguinte (em milhões de ecus, a preços correntes):

	1996	**1997**	**1998**	**Total**
Apoiar a construção de uma infra-estrutura de recursos linguísticos europeus	0,5	0,5	1,0	2,0
Mobilizar e reforçar as indústrias da língua	1,0	1,0	1,5	3,5
Promover a utilização de instrumentos linguísticos avançados, no sector público europeu	2,0	2,5	2,5	7,0
Acções de acompanhamento	0,5	1,0	1,0	2,5
TOTAL	**4,0**	**5,0**	**6,0**	**15**

8. DISPOSIÇÕES ANTIFRAUDE PREVISTAS (E RESULTADOS DA SUA APLICAÇÃO)

A supervisão geral estará a cargo de um comité constituído por delegados dos Estados-membros. No início do programa, serão desenvolvidos critérios e procedimentos específicos de supervisão, tendo em conta a natureza das linhas de acção, os quais serão aplicados periodicamente durante a implementação do programa. Os funcionários da Comissão, se necessário assistidos por peritos independentes, verificarão a correcta implementação dos projectos e estudos antes de efectuados quaisquer pagamentos, tendo em consideração as obrigações contratuais e os princípios da boa gestão. Os serviços da Comissão procederão a um controlo administrativo. Será aplicável a auditoria do Tribunal de Contas, em conformidade com o Tratado. No final do programa, será elaborado um relatório de avaliação, sobre os resultados obtidos na implementação das linhas de acção.

9. ELEMENTOS DE ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA

9.1. Objectivos específicos quantificáveis e população abrangida

Objectivos específicos

Apoiar a construção de uma infra-estrutura de recursos linguísticos europeus

Os recursos linguísticos, como os dicionários, os bancos de dados terminológicos, as gramáticas, os *corpora*, etc., são uma matéria-prima essencial para a investigação linguística, o desenvolvimento de instrumentos operacionais de tratamento da língua e a melhoria dos sistemas de tradução assistida por computador. Os Estados-membros, a Comissão e algumas empresas privadas já investiram somas consideráveis para produzir recursos linguísticos de dimensão e de complexidade diversas. A exploração destes recursos encontra-se, actualmente, entravada pelas suas próprias características, uma vez que são principalmente monolingues, que as suas especificações de base são por vezes divergentes, limitando a sua reutilização, e que são frequentemente difíceis de localizar. O objectivo desta linha de acção é apoiar os esforços de coordenação dos produtores e utilizadores de recursos, para facilitar a sua identificação, estruturação, distribuição e utilização no plano comunitário.

Mobilizar e reforçar as indústrias da língua

Esta linha de acção dirá essencialmente respeito à promoção de instrumentos modernos de tratamento da língua nos sectores de actividade em que se adaptam especialmente bem e onde são susceptíveis de reduzir de forma sensível os custos de tradução; é o caso da rotulagem de produtos, redacção controlada e tradução assistida por computador, de documentação e manuais de utilização, adaptação de software aos diferentes mercados linguísticos, etc. A linha de acção visará ainda promover a utilização dos instrumentos linguísticos e dos meios de comunicação que permitam reforçar a eficácia e a competitividade da indústria europeia de tradução e dos serviços de interpretação.

Promover a utilização de instrumentos linguísticos avançados, no sector público europeu

Esta linha de acção visa valorizar os investimentos anteriores efectuados para responder às próprias necessidades da Comissão no domínio da tradução automática e dos instrumentos multilingues e criar um efeito de arrastamento para o desenvolvimento do mercado em termos de procura pública. O objectivo é permitir que outras instituições europeias e as administrações dos Estados-membros interessados utilizem esses instrumentos e ainda estabelecer cooperações que permitam repartir os encargos dos desenvolvimentos necessários para abranger as novas línguas de trabalho da Comunidade.

Acções de acompanhamento:

Em complemento das medidas para reforçar a coordenação das iniciativas apropriadas no domínio linguístico, empreendidas no âmbito de diferentes programas comunitários, e para acelerar o seu impacto, as medidas de acompanhamento dirão essencialmente respeito à organização de reuniões de concertação estratégica com os principais intervenientes do mercado, ao lançamento de estudos e de inquéritos estratégicos para acompanhar a evolução do mercado e avaliar o impacto do programa, à estimulação dos trabalhos de normalização, ao lançamento de acções de promoção e de sensibilização dos utilizadores e ao encorajamento da cooperação e do intercâmbio das melhores práticas, nos organismos públicos e privados que se adaptem a uma sociedade e a um mercado multilingues. Estas medidas dirão ainda respeito ao exame das possibilidades de cooperação mais benéficas com os países terceiros e as organizações internacionais multilingues.

População abrangida

Os grupos de população abrangida incluem:

- departamentos ou institutos nacionais linguísticos com responsabilidades estratégicas e executivas nos Estados-membros e nas regiões,

- "profissionais" da língua: tradutores, terminólogos, editores de gramáticas e dicionários, professores de línguas e organismos e instituições especializadas nos Estados-membros,

- criadores de recursos linguísticos e organismos especializados no tratamento dos mesmos e na sua adaptação,

- sociedades de serviços informáticos e editores de software especializados na produção de instrumentos de tratamento da língua,

- grandes grupos de utilizadores destes instrumentos (indústrias de exportação, prestatários internacionais de serviços de informação e de comunicação, editores de software, administrações e instituições cuja comunicação se efectua em várias línguas, etc.).

9.2. Justificação da acção

Subsidiariedade

As políticas linguísticas são da competência dos Estados-membros. Todavia, a promoção do desenvolvimento de instrumentos modernos de tratamento da língua e da sua utilização é um domínio de actividade onde uma acção comunitária se justifica, para permitir a realização de economias de escala substanciais, suscitando as mais adequadas cooperações entre os diferentes intervenientes das zonas linguísticas em causa. As actividades do programa serão proporcionais aos objectivos a atingir, limitando-se aos domínios propícios à criação de um valor acrescentado europeu.

Modalidades de intervenção

Os custos de intervenção serão reduzidos, na medida do possível, graças ao recurso a mecanismos de concorrência como anúncios de concurso e convites à apresentação de propostas. A contribuição da Comissão para as acções de custos repartidos não ultrapassará, em princípio, 50%. O apoio concedido às acções concertadas limita-se ao que diz respeito aos encargos de concertação. As consultas sobre o programa de trabalho e as reuniões de concertação estratégica deverão permitir evitar duplicação de tarefas e favorecer as sinergias. A selecção das modalidades de intervenção terá em conta as orientações fixadas no relatório Bangemann e no plano de acção da Comissão, COM (94) 347, bem como os resultados de várias consultas feitas à indústria, aos utilizadores e aos representantes dos Estados-membros, para preparar o programa.

Vantagens derivadas e efeitos multiplicadores

A promoção do desenvolvimento das indústrias da língua e da utilização dos instrumentos linguísticos modernos apresenta vantagens derivadas muito positivas para a Comunidade:

- promoção de uma indústria e de serviços geradores de emprego,
- redução do custo da tradução e da transferência da informação entre as línguas (calcula-se que, na Comunidade, tenham sido traduzidas mais de 100 milhões de páginas, em 1988),
- novas saídas possibilitadas pela adaptação linguística dos produtos e dos serviços aos mercados locais,
- reforço da coesão da comunidade na sua diversidade linguística,
- preservação da identidade cultural e linguística da Comunidade na sociedade mundial da informação.

As modalidades de intervenção da Comunidade, acções de custos repartidos e apoio a acções concertadas, exercem um efeito multiplicador devido aos financiamentos complementares trazidos pelos parceiros que participam nestas acções. Além disso, exercem um efeito multiplicador suplementar, ao estimular investimentos autónomos por parte de intervenientes no mercado.

Factores de incerteza

Os principais factores de incerteza que podem afectar os resultados específicos do programa são inerentes à disponibilidade do sector privado para investir no desenvolvimento de instrumentos modernos de tratamento da língua, enquanto o mercado para esses produtos continuar incipiente.

9.3. Acompanhamento e avaliação da acção

Uma parte das acções será consagrada ao desenvolvimento de indicadores que permitam acompanhar a evolução do mercado do multilinguismo na Europa, quer no que diz respeito ao desenvolvimento da oferta de produtos e da indústria, quer no que diz respeito à procura. Desde o primeiro ano do programa, será definido um quadro metodológico para a recolha sistemática dos dados nos diferentes domínios.

A análise destes indicadores, actualizados anualmente, permitirá apreciar a eficácia das acções empreendidas no âmbito do programa. Antes do termo do mesmo, será elaborado um relatório de avaliação, sobre os resultados obtidos na implementação das linhas de acção.

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PARTE A DA SECÇÃO 3 DO ORÇAMENTO GERAL)

As despesas são calculadas anualmente.

10.1. Funcionários suplementares da Comissão

A implementação da acção proposta implica uma atribuição suplementar de dois funcionários (um de categoria A e outro de categoria C, num total de 160.000 ecus). A mobilização efectiva dos recursos administrativos necessários resultará da decisão anual da Comissão relativa à atribuição de recursos, tendo em conta, nomeadamente, os efectivos e os montantes suplementares que tenham sido atribuídos pela autoridade orçamental. A Comissão não será obrigada, em nenhum caso, a pautar a sua decisão em matéria de atribuição de recursos, pelos pedidos suplementares que possam ser efectuados.

10.2. Montante das despesas com o pessoal e administrativas implicadas

Estão previstos os seguintes montantes anuais de despesas administrativas:

10.2.1. Peritos nacionais destacados

A-1520

Despesas totais: 70.000 ecus

Deverão ser afectados 2 funcionários nacionais para coordenar as acções MLIS entre a UE e os níveis nacional/regional.

10.2.2. Reuniões de peritos

A-250

Despesas totais: 120.000 ecus

Para a preparação do programa de trabalho, a Comissão consultará peritos externos, bem como representantes dos utilizadores, da indústria, das administrações e da investigação.

Estão previstas 9 reuniões com um participante por Estado-membro (custo = 880 x 15 x 9 = 118.800, arredondado para 120.000 ecus).

10.2.3. Reuniões do Comité

A-2510

Despesas totais: 40.000 ecus

O Comité do Programa MLIS mencionado na decisão do Conselho terá, em média, 3 reuniões por ano, com um participante por Estado-membro (custo: 880 x 15 x 3 = 39.600 Fr, arredondado para 40.000 ecus).

10.2.4. Deslocações em serviço

A-130

Despesas totais: 50.000 ecus

Os custos totais com as deslocações em serviço dos funcionários da Comissão e dos peritos nacionais destacados são avaliados em 50.000 ecus, sendo retirados da dotação global atribuída à DG XIII.

RELAÇÕES DO MLIS COM OUTROS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

	CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA
MLIS	O MLIS é um programa que promove a diversidade linguística na sociedade da informação emergente. Engloba acções horizontais, como o desenvolvimento de infra-estruturas linguísticas e a respectiva normalização, estimula a utilização das tecnologias da língua pelas indústrias da língua, a fim de aumentar a sua rentabilidade, e estimula o mercado dos produtos e serviços multilingues. O mercado vertical visado é o sector público, para o qual o MLIS desenvolverá soluções multilingues e metodologias relativas às melhores práticas. O êxito do MLIS dependerá, em grande medida, da forma como as outras iniciativas incorporarem o multilinguismo nos respectivos objectivos e acções concretas.
	RELAÇÕES DO MLIS
INFO2000	O INFO2000 é um programa comunitário destinado a incentivar os fornecedores europeus de conteúdos a desenvolverem novos produtos e serviços de multimédia e a estimular a procura desses produtos e serviços por parte dos utilizadores. O INFO2000 pretende criar condições favoráveis ao desenvolvimento de uma indústria europeia de conteúdos multimédia, incide na passagem da edição impressa para a edição electrónica e nos serviços de multimédia interactivos que estão a surgir. O MLIS contribui para os objectivos do INFO2000, tratando, por exemplo, dos aspectos multilingues do conteúdo multimédia, incentivando as indústrias da língua a utilizarem as tecnologias da língua para obterem serviços rentáveis e garantindo a existência das infra-estruturas e das interfaces humanas adequadas para as várias versões linguísticas.
TI E TSAC	O TI e o TSAC abrangem programas de investigação orientada para infra-estruturas e de desenvolvimento tecnológico no domínio das tecnologias da informação (orientadas para tecnologias de software, tecnologias para componentes e subsistemas de TI e tecnologias de interface) e das tecnologias das comunicações avançadas (abrangendo a base tecnológica para os serviços de multimédia digitais interactivos, fotónica, redes de alta velocidade, mobilidade e comunicações pessoais, redes inteligentes e engenharia de serviços, bem como qualidade e segurança dos serviços e sistemas de comunicações). O MLIS assentará nos resultados dos programas de TI e de telecomunicações e promoverá a aplicação de tecnologias e instrumentos linguísticos específicos. Em particular, o MLIS promoverá a localização (tradução) sistemática de software, dadas as vantagens económicas consideráveis que isso pode representar.
TELEMÁTICA	O programa de Aplicações Telemáticas estimula a investigação telemática aplicada e actividades de demonstração em vários domínios do sector público, como cuidados de saúde, ensino, transportes e bibliotecas. O MLIS contribuirá para as aplicações telemáticas, especialmente quando estas se destinem ao uso multinacional ou multirregional, garantindo que o multilinguismo é considerado, desde a concepção à fase-piloto, de forma eficaz. O MLIS assegurará a disponibilização da infra-estrutura linguística necessária. O sector da Engenharia Linguística do programa de Aplicações Telemáticas apoia o desenvolvimento e a demonstração de instrumentos linguísticos. O MLIS certificar-se-á da utilização desses resultados em ambientes operacionais.
MEDIA II & RAPHAEL	O programa MEDIA II tenta satisfazer as necessidades específicas do segmento do audiovisual (televisão, vídeo, rádio, áudio e cinema) da indústria dos conteúdos, ao passo que o RAPHAEL é um programa vertical no sector do património cultural. A indústria dos conteúdos, em termos globais, é constituída pelas empresas que participam nas actividades de criação, desenvolvimento, empacotamento e distribuição de conteúdos. O MEDIA II contribuirá de forma importante para o pluralismo linguístico, através das suas acções relativas às versões linguísticas. Essas acções basear-se-ão nos trabalhos da Linha de Acção 2.2 do MLIS, respeitante à utilização eficaz das metodologias de elaboração de diferentes versões. O MLIS incentivará a indústria da tradução a enfrentar os desafios que se apresentam ao sector do audiovisual e desenvolverá a infra-estrutura linguística.
SOCRATES E LEONARDO	Os programas SOCRATES e LEONARDO criam quadros comunitários gerais para acções de ensino e formação destinadas aos sistemas de ensino e a uma grande variedade de sectores económicos, ao passo que o MLIS se centra nas necessidades específicas da indústria da língua. Muito importantes neste contexto são as acções pós-LINGUA que visam a promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras. Essas acções contribuem para o objectivo global do MLIS, que consiste em promover o pluralismo linguístico e a comunicação internacional. O MLIS e o SOCRATES, em particular, são, por isso, complementares, na medida em que se esforçam para alcançar o mesmo objectivo estratégico.
PME E SECTOR DO ARTESANATO	A finalidade do Programa Integrado a favor das PME e do Artesanato é, no contexto do Livro Branco, dar início, em concertação, a medidas que facilitem a consulta recíproca e, se necessário, a coordenação entre Estados-membros, com vista a melhorar o enquadramento empresarial, simplificando os trâmites administrativos, promovendo medidas de apoio às empresas e a identificação de formas de contributo comunitário para o seu desenvolvimento. O MLIS dirige-se à indústria da língua que, além de um reduzido número de intervenientes internacionais, é composta, principalmente, por PME. O programa MLIS pretende estimular este sector e os seus utilizadores, muitos dos quais são PME. Os resultados do MLIS abrirão novas oportunidades empresariais às PME no mercado único. Resumidamente, o Programa Integrado e o MLIS são inteiramente complementares, na melhoria da competitividade das PME na Europa.
IDA	O IDA destina-se a melhorar a comunicação entre as administrações dos vários Estados-membros e entre estas e as instituições comunitárias. As acções realizadas no âmbito deste programa são dificultadas pelas diferentes línguas que as administrações utilizam nas suas comunicações, pelas respectivas leis e pela sua regulamentação; também a falta de normas europeias de terminologia, neste sector, dificulta esta comunicação. O MLIS contribuirá significativamente para o IDA, por meio das suas acções relativas à infra-estrutura de terminologia e aos serviços multilingues no sector público, onde se terá em conta a grande experiência da Comissão no tratamento do multilinguismo.

ISSN 0257-9553

COM(95) 486 final

DOCUMENTOS

PT 16

N.° de catálogo : CB-CO-95-559-PT-C

ISBN 92-77-95290-3

Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

L-2985 Luxemburgo